

De: Sebastião Feyo de Azevedo –

Para: Magda Jiná (Magda.jina@algebrica.pt)

1. O acordo de Bolonha prevê a uniformização do ensino superior em cerca de 40 estados europeus. Que esforços deveriam ser feitos a nível da estrutura interna das universidades, no sentido de se tirar todo o proveito do acordo de Bolonha?

Antes de lhe responder, importa começar por lhe dizer que tudo o que, no geral e no detalhe, vou comentar nesta entrevista reflecte a minha visão pessoal do Processo de Bolonha (PB) e da sua enorme relevância para o nosso desenvolvimento (Nacional e Europeu), não reflectindo necessariamente as posições formais das instituições a que estou ligado na minha actividade.

Relativamente a esta primeira questão, respondo primeiro ao preâmbulo e depois à pergunta propriamente dita:

Primeiro, os acordos no âmbito deste extraordinário movimento Europeu que identificamos como Processo de Bolonha, que abrangem hoje directamente 46 países Europeus e estão a alterar o quotidiano de mais de 5600 instituições do ensino superior e de 16 milhões de estudantes, NÃO SÃO acordos de uniformização. De forma alguma o são. São acordos que visam criar um Espaço Europeu do Conhecimento, criando sinergias, criando riqueza da diversidade, da complementaridade das estruturas, da oferta formativa e das capacidades dos diferentes povos Europeus, e fomentando uma cultura essencial para a Sociedade de hoje, a da formação ao longo da vida. São acordos que se enquadram, num plano mais amplo, no modelo de desenvolvimento que os povos Europeus estão a por em prática.

Segundo, os esforços que todos temos que fazer a nível do ensino superior, Universidades e Institutos Politécnicos, são precisamente os necessários para cumprirmos os acordos na letra e no espírito, com o dito objectivo da criação do Espaço Europeu : (i) desenvolver um quadro nacional de qualificações compatível com o quadro europeu de qualificações; (ii) desenvolvermos sistemas de auto-avaliação e de avaliação externa que dêem garantia de qualidade tal como é percebida a nível Europeu; (iii) fomentarmos uma leitura transparente das qualificações (conhecimento, capacidades e competências) dos cursos que oferecemos, precisamente no quadro de qualificações acima mencionado; (iv) evoluirmos em métodos de aprendizagem e em cultura do ensino superior, centrando o nosso (professores e alunos) esforço académico na aprendizagem dos alunos e na aquisição das qualificações; enfim, trabalharmos para uma coisa fundamental – promover CONFIANÇA, base da cooperação, numa época em que cooperação transnacional e multidisciplinar é a chave do progresso.

2. O Governo aprovou no final do passado mês de Abril um diploma destinado a aprofundar o Processo de Bolonha. Com a aprovação deste diploma que questões pendentes em dois anos de actividade do processo se irão resolver?

Não conheço ainda todos os detalhes do documento de que está a falar, mas conheço a ideia ou objectivos subjacentes: creio que esse documento se destina a criar condições que forcem a

dinâmica do processo, exigindo às Escolas um relato das actividades desenvolvidas, promovendo a abertura dos cursos e das unidades curriculares a outros públicos, fomentando o estudo a tempo parcial, desta forma incentivando o regresso à Escola para fins limitados.

Agora, sobre as questões pendentes há muito a dizer e esclarecer.

Primeiro, há muitas questões pendentes, de há muitos anos – por exemplo, as questões da rede do ensino superior desequilibrada que temos e a questão central de adoptarmos critérios europeus de qualidade, algo que não é pacífico. Ora, não é o PB que de um dia para o outro vai resolver estes problemas, nomeadamente o da qualidade. Pode contribuir, mas com mais tempo.

Depois, a questão da mudança dos métodos académicos, que seguramente vai demorar bastantes anos, pois há uma adaptação cultural e metodológica geracional que não se ultrapassa facilmente. É necessário manter por vários anos uma política de fomento de boas práticas académicas que vá mudando a face das culturas pedagógicas, incluindo aqui mudar a postura dos alunos.

Deixe-me sair um pouco da sua pergunta e tocar questões cruciais do PB que já abordei no passado recente em outras entrevistas, mas que nunca é demais repetir:

Numa visão ligeira, o PB trouxe a exigência de novas estruturas de formação, de nova oferta de cursos curtos e de primeiro ciclo, portanto com probabilidade aproximando essa oferta dos interesses da Sociedade e dos alunos. Depois, como programado, tem conduzido a maior interacção das Escolas com as organizações da Sociedade, empresas, o que pode levar o ensino a estar mais perto dos problemas do dia a dia. A nível dos segundos ciclos, esta ideia de colaboração pode e deve ter expressão em projectos de fim de curso (dissertações) em colaboração com as empresas. Ainda, o PB prevê, e isso está atrasado, uma evolução do sistema de ensino/aprendizagem, no sentido de o centrar mais nos alunos, de levar os alunos a uma participação mais activa, de o adaptar à evolução dos meios hoje disponíveis e à evolução das expectativas e vivências dos Jovens.

Tudo isto pode e deve conduzir a melhor ensino, na Sociedade global em que vivemos. O Mundo não está parado. Hoje a colaboração transnacional é essencial, o mercado de trabalho é Europeu ou mesmo global, a Europa precisa de ser mais coesa para ter uma voz activa no Mundo, em relação aos blocos americanos e asiáticos.

Nesta última questão do esforço de desenvolvimento da Europa em que nos integramos, há para Portugal uma outra visão, mais profunda e política, que reforça essa relevância do PB. É a da sua utilização como meio para ajudar a nossa Sociedade a integrar-se de corpo inteiro na Europa, na União Europeia.

Aqui, releva dizer algo de positivo, que penso que reflecte a realidade, em favor do futuro.

A questão que se coloca não é a de que sejamos maus. Nada disso. Os Portugueses têm todas as condições de cultura, qualidades individuais e meios materiais para serem parceiros iguais da Europa mais desenvolvida. A questão é que em termos relativos, neste clube de países desenvolvidos em que estamos integrados, de facto estamos na cauda do desenvolvimento.

Relativamente a esses referenciais, tenhamos a coragem de perceber que temos um deficit de organização, disciplina, rigor de gestão de tempo, racionalismo funcional e também cultura cívica. Daí resulta que provavelmente trabalhamos mais e certamente que produzimos menos.

Ora, o PB pode e deve ser um tema que nos transporte para mais perto dos sistemas de organização e métodos comportamentais que se vão praticando por aí fora... que nos ajude a absorver e a praticar essa organização e métodos.

Sobre esta última questão de organização e métodos, deixo uma dica sobre indicadores do nosso progresso na convergência Europeia - no dia em que os programas de televisão comecem a horas, no dia em que as conferências e seminários que organizamos entre nós comecem e terminem a horas, nesse dia direi que há sinais de que estamos a caminho da integração plena na Europa. Até lá andamos na periferia da integração.

Sobre essa questão de organização é curioso – porque é que, realmente, nós organizamos tão bem reuniões europeias, com tudo a correr sobre rodas, e quando nos metemos a organizar uma reunião caseira começamos normalmente 15 a 30 minutos atrasados e daí para a frente é tudo fora da hora programada?

Repare que este problema que estou a levantar tem tudo a ver com produtividade e em última consequência com a questão da convergência europeia que deve ser a nossa meta.

3. A maior parte das universidades apenas reduziu a duração dos cursos e deixou em segundo plano a pretendida mudança de paradigma na estrutura do ensino. Que medidas deveriam ser tomadas para mudar esta situação? Em que beneficiariam as universidades com essas medidas?

Eis outra questão para insistir no esclarecimento:

Quando se escreve o que está escrito no preâmbulo da pergunta, está a sugerir-se que se proporcionam os mesmos níveis de aprendizagem que no passado, mas em menos tempo.

Embora a questão deva ser apreciada área a área, no essencial **NÃO DEVEMOS FALAR EM REDUÇÃO DOS CURSOS.**

Houve sim uma reestruturação da oferta dos cursos, com um primeiro nível designado (por decisão política) de Licenciado, mais curto que os cursos anteriores a Bolonha com essa designação.

Ora, deixe-me dar-lhe o exemplo das engenharias – é inequívoco que a antiga licenciatura corresponde a um nível de qualificação superior ao das novas licenciaturas. As qualificações não se comparam.

Num plano geral as antigas licenciaturas, nas várias áreas, eram segundos ciclos ou estariam próximas dos actuais segundos ciclos. Por exemplo, os alunos com boas classificações tinham acesso directo ao doutoramento, porque de facto tinham as qualificações mínimas para tal. Ora, as licenciaturas actuais são primeiros ciclos.

Uma questão diferente é se estes primeiros ciclos novos são importantes e preparam os jovens para o mercado de trabalho.

São muito importantes. Eu defendo que a maioria dos cursos deve preparar para o mercado de trabalho. Numa perspectiva de elevação das médias dos níveis de conhecimento dos jovens, o que é um objectivo da maior importância, será certamente pelos ciclos curtos e pelos primeiros ciclos que essa massificação deve ocorrer.

O que não são é segundos ciclos, e na generalidade não têm correspondência com as antigas licenciaturas. Considerar isso seria, além do mais, injustíssimo para as centenas de milhares de antigos licenciados.

Tudo isto tem a ver com o que eu já comentei – com o ajustamento da rede do ensino superior e com a missão das Escolas.

4. Outra das medidas previstas pelo Processo de Bolonha, e que acabou por não ser concretizada, foi a criação de um diploma de cursos pós-secundários curtos, como qualificação superior (cursos profissionalizantes). Que razões o levam a considerar necessária a criação deste tipo de cursos para as universidades?

Esta é mais uma pergunta relevante.

Em justiça creio que o actual Governo considera muito importante o aumento da oferta destes cursos.

Pessoalmente creio que eles devem ser criados numa dupla perspectiva - (i) como cursos vocacionais importantes para o mercado de trabalho; e (ii) no total enquadramento da letra do PB, como cursos dentro ou ligados aos primeiros ciclos.

A pergunta leva de novo à questão da rede. A nível Europeu a palavra Universidade é indissociável da palavra Investigação. Ora, como regra, Escolas de Investigação não terão o perfil adequado para oferecer directamente cursos curtos. Entenda que há sempre casos de excepção, mas como regra não é a sua vocação. Essa vocação está obviamente mais associada aos Institutos Politécnicos, sendo também certo que há politécnicos com vocação para investigação, particularmente tecnológica, que poderão oferecer formações de segundo ciclo.

Agora, cuidado – haja força para tratar como diferente o que não é igual, logo autorizando o que há a autorizar e não autorizando o que não se deve autorizar. Nós temos neste ponto, infelizmente uma cultura e um passado de permissividade que tem levado à autorização indiscriminada de funcionamento de cursos.

5. Poderá ter sido o afastamento das universidades, em detrimento dos governos que assinaram a declaração, que poderá ter causado o incumprimento de algumas cláusulas previstas no acordo de Bolonha?

Tenho uma opinião muito pessoal sobre essa questão –

Acho que os políticos, em Bruxelas, foram arquitectando um sistema muito interessante, na sua estrutura (pouco se preocuparam com a componente académica), mas que na sua primeira versão e posição foi apresentado de forma hermética, de facto com relativamente pouco diálogo com as Universidades. Foi o chamado sistema BAMA (Bacharelato-Mestrado), traduzido no 3+2, genericamente adoptado a nível europeu, particularmente no politécnico.

Ora, quando tentaram que o sistema fosse generalizadamente aplicado (excepto nas medicinas) as universidades, nomeadamente as principais universidades europeias de investigação, reagiram e disseram que esse sistema hermético não era viável.

E estamos ainda nesse momento de ajustamento.

Se haveria outro caminho?

No caso Português, é muito fácil dizer que sim. Somos um pouco um País de Bem Pensantes e de Politicamente Correctos, em que é muito difícil fazer reformas. O que releva é que, assim me parece, os Governos (não só este, também o anterior) e as Escolas estão a procurar o caminho, mas não tenho dúvida de que se o Governo não liderar firmemente, pouco mudará e isso seria mau, continuaríamos na trajectória de divergência europeia em que infelizmente nos encontramos.

Creio firmemente que o PB é uma oportunidade imperdível para reformar o sistema do ensino superior nacional e para algo mais – para contribuir para a nossa integração plena na Europa, algo que ainda não conseguimos.

6. Em que se deve concentrar a próxima fase do seguimento do Processo de Bolonha?

Resposta rápida – adoptarmos critérios de qualidade a todos os níveis e reformarmos a rede do sistema do ensino superior, o que eu implica a adopção de um sistema de qualificações e de um sistema de avaliação que produza directrizes, que ajude as Escolas e que tenha consequências .

Permita-me umas notas finais, de conclusão e resumo do mais importante:

Para lá de tudo o que acima disse em favor do PB, e há muito de positivo no PB, há uma outra razão pragmática - nós não temos outra alternativa que não seja a de adaptarmos os nossos sistemas e métodos para podermos manter a capacidade de colaboração europeia.

Ora, para colaborarmos é preciso que haja a tal coisa fundamental – CONFIANÇA: refiro-me a termos mutuamente (entre as instituições e organizações de países diferentes) confiança na qualidade e nas competências que os vários graus devem conferir. Tal só é possível num sistema harmonizado, em que se conheça o Quadro de Qualificações em que os graus se revêem e num sistema em que haja um sistema de garantia de qualidade respeitado a nível nacional e reconhecido a nível europeu, o que, diga-se, passa em larga medida pela adopção de critérios reconhecidos pelas organizações profissionais a nível europeu.

É absolutamente certo que devemos preservar todos os traços essenciais da nossa identidade e cultura. Não tenha dúvida que a nível Europeu ninguém quer a uniformização.

Agora, não se confunda preservar a cultura com manter padrões de qualidade e desenvolvimento que inviabilizem colaborações plenas. Em nenhum momento pode essa visão errónea de ‘cultura’, de alguns, ser factor de atraso e de fomento do nosso subdesenvolvimento relativo.

Para então terminar:

As reformas de Bolonha são importantes a nível académico e político. Para lá disso, acontece que não temos alternativa. De facto, o que se passa é que o Mundo está em movimento... quem se mantiver estático, fica para trás.